

Diário da Assembléia

Nº 3.048

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 6 DE JUNHO DE 1974

ANO IX

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

DIVISÃO DAS COMISSÕES

COMISSÕES TÉCNICAS

7.a LEGISLATURA — 4.a SESSÃO LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovídio Franzoni — Quíelse Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovídio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Igo Losso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Eley Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovídio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Marlene Couto de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Álvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovídio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agilides de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quíelse Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Álvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Losso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson

Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Álvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lelio Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aguinaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 88ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 6 de Junho de 1974 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

Às 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Ferdmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Borsari Neto — Basílio Zanusso — Domício Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes. (36). Achando-se ausentes os srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Antonio Belinati — Antonio Maciel — Arthur de Souza — Haroldo Bianchi — João Fadel — Paulo Camargo — Paulo Poli — Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva e Iris Caldart. (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 36 srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

3.a Discussão — do Projeto de Resolução n.º 60-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 203-73, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino — FREEMEN, e a Universidade Federal do Paraná — UFP, objetivando a Execução de um Curso de Licenciatura Parcelada para professores leigos em Ciências. Pírceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 89ª Sessão Ordinária
Realizada em 6 de Junho de 1974 (Quinta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Ferdmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Borsari Neto — Basílio Zanusso — Domício Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Quielise Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes. (36). Achando-se ausentes os srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Antonio Belinati — Antonio Maciel — Arthur de Souza — Haroldo Bianchi — João Fadel — Paulo Camargo — Paulo Poli — Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva e Iris Caldart. (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte **EXPEDIENTE**:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, solicitando dispensa de publicação da Redação Final para os Projetos de Resolução n.ºs 25-73, e 4-74 e para os de Lei n.ºs 240-73, 253-73, 9-74, 10-74 e 11-74.

Requerimento

Senhor Presidente.

Esta Assembleia deve registrar, hoje como pesar, o desaparecimento de um ilustre paranaense. Aos oitenta e sete anos de idade, morreu nesta madrugada Julio Alves de Araújo, o mais antigo farmacêutico do Estado, com 56 anos de exercício na profissão.

Como engenheiro-químico, Julio Alves de Araújo, um homem que morreu sem riqueza materiais, deixa ao Brasil uma herança preciosa. Suas fórmulas de cosméticos e medicamentos são hoje exploradas internacionalmente, através das Indústrias Antisardina, de cuja linha de produtos foi inventor.

O corpo de Julio Alves de Araújo está sendo velado na Avenida 7 de Setembro n.º 4995, e será sepultado às 17,00 horas, no Cemitério da Água Verde.

O Deputado que adiante subscreve requer à Mesa, ouvida a Casa, seja registrada na Ata de nossos trabalhos de hoje um voto de profundo pesar

pela extinção de vida tão preciosa, e, uma vez aprovada a proposição, seja da mesma dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1974.

(a) — Erondy Silvério.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata da Sessão de hoje, um voto de regozijo e congratulações pela nomeação de seu amigo Francisco Pereira Goulart, para a Chefia de Gabinete da Secretaria de Estado dos Negócios do Trabalho e Assistência Social.

Requer, ainda, que da decisão do Plenário seja dado conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Ruben Valduga.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1974.

(a) — Gabriel Manoel.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita de Vossa Excelência a designação de um representante desta Casa para participar da posse do Doutor Oscar Alves, na Reitoria da Universidade Estadual de Londrina, no dia 10 próximo, às 10,00 horas.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1974.

(a) — Olavo Ferreira.

Requerimento

Senhor Presidente.

Quando da aprovação, por esta Casa, do Estatuto e Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado, um lápis passou despercebido. Não foram incluídos nos benefícios os servidores qualificados como concursados omissão já constante da Mensagem, em detrimento de inúmeros membros da Corporação.

Para sanar o erro, considerando que qualquer iniciativa implica em elevação da despesa pública deve o Poder Executivo enviar nova proposição a esta Assembleia. Estamos cientes de que a Secretaria dos Negócios do Governo já está ciente dessa necessidade há algum tempo, sem que, no entanto, tivesse ainda chegado a esta Casa a esperada proposição.

Nessas condições, o Deputado que ao final subscreve requer, com audiência do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, apelando a Sua Excelência no sentido de urgenciar a elaboração e envio do anteprojeto, cujo objetivo, sendo o de corrigir injustiça, exige imediata atenção do Poder Público.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1973.

(a) — Erondy Silvério.

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja dirigido um apelo ao Sr. Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, "COPEL", Eng.º Arturo Andreoli, no sentido de que esta Concessionária de Energia Elétrica estenda a linha de Luz e Força do Município de Mandirituba, ao distrito de Areia Branco dos Assis.

Sala das Sessões, em 6 de junho de 1974.

JUSTIFICATIVA:

O nosso apelo visa atender 144 usuários, 2 serrarias, 1 Posto de gasolina e 1 oficina mecânica todos carentes de energia elétrica, principalmente aqueles que dela necessitam para o seu trabalho.

Trata-se de antiga reivindicação dos moradores desta região, os quais tanto almejam essa fonte de progresso.

Requerimento

Senhor Presidente.

Considerando:

a) — Ser do conhecimento público estar já há algum tempo elaborado pela Secretaria de Educação e Cultura, o novo Estatuto do Magistério;
b) — Ser ele instrumento de primordial importância para a implantação da Reforma do Ensino, sem o qual se torna impraticável;
c) — Representar valioso documento para a valorização do Magistério, e correção de distorções e injustiças que desestimulam a classe;

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário seja encaminhado ao Senhor Governador do Estado o seguinte pedido de informações:

Quais as razões que estariam determinando o retardamento do envio da Mensagem Governamental submetendo à apreciação desta Casa o novo Estatuto do Magistério sabendo-se da necessidade premente de sua implantação em nosso Estado.

Sala das Sessões em 6 de junho de 1974.

(a) — Alvaro Dias

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 73-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — O artigo n.º 59 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, fica acrescido do seguinte parágrafo: "Parágrafo 5.º — Ocorrendo qualquer catástrofe de caráter individual, como incêndio, o de caráter geral, como inundações, ou outras calamidades semelhantes, o valor do crédito tributário relativo ao I.C.M., será parcelado em prestações iguais, sem incidência de juros e correção monetária, tendo em vista a situação sócio-econômica da empresa devedora.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de junho de 1974.

(a) — Jorge Sato

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto, se transformado em Lei, virá sanar imperdoável lacuna da Lei do I.C.M.

Providência semelhante tomou o Senhor Ministro da Fazenda, ao conceder parcelamento aos créditos fiscais oriundos do imposto sobre a renda, aos flagelados atingidos pelas recentes inundações na cidade de Tubarão - Santa Catarina. Esse parcelamento foi concedido sem reajuste.

PROJETO DE LEI N.º 79-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Porecatú.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 1974.

(a) — Antônio Belinati

JUSTIFICATIVA:

A Faculdade cuja criação é proposta através da presente Lei, terá dimensões regionais, atingindo todo o vale do Paranapanema que até agora está privado de uma Escola de nível Superior. Algumas centenas de jovens que já concluíram o curso de nível médio ficaram preteridos em sua vontade de continuarem estudando, em consequência das dificuldades que encontram para se locomoverem para as cidades de maior recurso educacional. Também são levados em conta os gastos que normalmente teriam que realizar com transportes, anuidade, livros e as despesas naturais para alimentação. O Vale do Paranapanema, pelo elevado número de cidades e dos jovens carentes de estudo superior, é merecedor de há muito da Faculdade aqui proposta.

PROJETO DE LEI N.º 80-74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1º — O Art. 1.º, da Lei n.º 6.544, de 22 de maio de 1974, passa a vigorar com a redação seguinte:

“Art. 1º — Fica denominada “Governador Parigot de Souza”, a rodovia P.R.L., em toda a sua extensão”.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de junho de 1974.

(a) — Borsari Netto

JUSTIFICATIVA:

A rodovia em questão possui uma extensão bem maior do que o trecho denominado na lei em referência, o que poderia no futuro gerar confusões e prejudicar inclusive a ação do Departamento de Estradas de Rodagem.

Atribuindo a todo o curso da rodovia a denominação de “Governador Parigot de Souza”, esses aspectos são superados e a justa homenagem ao grande paranaense estará melhor concretizada.

O SR. PRESIDENTE — Atendendo a Requerimento do Deputado Emílio Carazzai, o Sr. 1º Secretário fará a chamada dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

O Sr. 1º Secretário — (Faz a chamada)

O SR. PRESIDENTE — Com a presença de 24 Srs. Deputados, há número para o prosseguimento da Sessão.

Com satisfação, registro a presença no Plenário do Sr. Gilberto Cesconeto, Vice-Prefeito do Município de Salto do Lontra, e do Sr. Prefeito Municipal daquele Município, Sr. Boaventura Faust, e do Sr. Santino Dahanol, Presidente da ARENA.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

O Sr. Dr. Paulo Procópio de Aguiar, Diretor Geral do DER, endereçou ao Líder da ARENA e também ao Líder do Governo, o seguinte expediente:

“Srs. Deputados.

Temos a honra de encaminhar à esclarecida apreciação de V. Exa., algumas considerações sobre a posição da firma Terra Limitada que tornou-se detentora do contrato de empreitadas para a execução do serviço de terraplenagem na Rodovia BR-272, trecho Faxinal-Rio Ivaí, e sub-trecho compreendido entre as esteras 2.170 a 2.718, numa extensão de 10,960 km.

Os recursos indicados no contrato, com todos os acréscimos permitidos pela lei, foram esgotados, o que tornou o mesmo contrato rescindido de pleno direito.

Por outro lado, como os serviços não foram totalmente executados, o Departamento de Estradas de Rodagem, em obediência às disposições legais, já determinou nova licitação, visando a contratação e execução dos serviços de terraplenagem complementar e pavimentação, no trecho e sub-trecho mencionados, a curto prazo, 30 a 45 dias e que ficará a cargo da firma vencedora da concorrência.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar a V. Exa. os nossos protestos de elevado apreço e distinguida consideração.

(Ass.) Paulo Procópio de Aguiar”.

Considerando, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que esta augusta Casa de Leis, aprovando este Requerimento, subscrito regimentalmente por um número regimental dos Srs. Deputados, de constituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito, para informar sobre a situação da execução das obras da Estrada Faxinal - Rio Ivaí que, diante dos esclarecimentos prestados pela Diretoria Geral do DER do Estado do Paraná, eu subscrevo, juntamente com o Líder da ARENA, Deputado Luiz Roberto Soares, o Requerimento está baseado nos seguintes termos: (Lê):

“Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, nos termos regimentais, requerem a extinção da Comissão de Inquérito, criada em 9 de maio do corrente ano, e ainda não constituída, com a finalidade de investigar as causas da paralisação dos serviços de terraplenagem do trecho de onze quilômetros da estrada Faxinal-Porto Ubá, no Rio Ivaí, a cargo da firma Terra-Terraplenagem, Pavimentação, Indústria e Comércio Ltda., de Curitiba.

Este pedido tem fundamento em análise preliminar e na conclusão a que chegaram os subscreventes, de que o fato indicado como objeto da investigação parlamentar, na realidade não passa de mera rotina administrativa do Departamento de Estradas de Rodagem, disciplinada por norma vigente há alguns anos.

Em consequência, os contratos celebrados entre o Departamento de Estradas de Rodagem e as firmas empreiteiras estabelecem um montante financeiro, tecnicamente calculado para financiamento da obra, permitindo, além disso, um acréscimo de quarenta por cento sobre o preço estipulado que uma vez excedido dá causa à plena rescisão contratual.

Na questão surgida com o trecho de estrada e empresa antes mencionados, ocorreu precisamente a aplicação daquela sistemática administrativa, legal e tradicionalmente adotada pelo Departamento de Estradas de Rodagem. Tanto é assim, que a referida obra está presentemente sob processo de licitação, visando a contratação e execução dos serviços de terraplenagem complementar e respectiva pavimentação, no prazo máximo de quarenta e cinco dias, e que ficará a cargo da firma vencedora.

Por isso tudo, Senhor Presidente, esclarecidos como estão os fatos e assegurada a continuidade das obras em benefício daquela progressista região

e, sobretudo, objetivando a não desgastar o o instituto da Comissão de Inquérito com investigações desnecessárias os signatários solicitam seja o presente Requerimento submetido à judiciosa apreciação da Casa”.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aproximando-se as eleições de 15 de novembro, desejamos transmitir a esta Casa, dentro da modéstia que o Partido da minoria representa para o Estado do Paraná, e especialmente dirigir ao eminente Líder do Governo nesta Casa, o nosso alerta ao Poder Executivo estadual quanto à prática de crime eleitoral por parte de autoridades que colocam a sua repartição a serviço de seu Partido político e de candidatos a cargos eletivos.

É escusado dizer que a minoria pretende disputar as próximas eleições em clima de tranquilidade, de paz e de discernimento, sem o que será impossível estender-se mesmo à nossa sociedade, ao nosso eleitorado, uma plena capacidade para deliberar sobre a escolha que deve fazer.

Mas, para que exista um clima de paz, de tranquilidade e de harmonia, é necessário que dentro daquilo que existe seccionado como garantia democrática, em nosso País, existam prevaleçam, em suas amplitudes, as garantias legais vigentes.

Pretendo, Sr. Presidente, citar um exemplo da maneira mais própria de trazer a realidade para dentro desta Casa. Usando de uma prerrogativa regimental para que aqui se constate, e para que, principalmente aqueles que pretendem fazer mau uso do poder, se assim existirem ainda outras pessoas, dentro da máquina administrativa, da máquina governamental, para que quem todos, realmente advertidos de que, na era da eletrônica, na era da comunicação fácil em que vivemos, é muito fácil de se registrar, para prova e competente processo judicial de natureza criminal, quaisquer fatos, principalmente os de convencimento, os de coação através da palavra, que venham a ser praticados como abuso do poder e com uso ilegítimo do poder. Então, para ilustrar essa advertência que, acredito venha ao encontro dos interesses desta Casa, onde todos que aqui tem assento disputaram honradamente os seus mandatos, os seus cargos. E como garantia plena mesmo a de que todos possam gozar dessa advertência, requiro a V. Exa., Sr. Presidente, com fundamento no artigo 131, inciso 3.º do Regimento Interno por analogia, para quanto a veracidade daquilo que será ouvido sob a minha inteira responsabilidade, quer em razão do mandato que temos a honra de deter, quer em razão da fé que representa o nosso grau, requiro a V. Exa., Sr. Presidente, para, como exemplo vivo da afirmação que fazemos nos seja permitido fazer com que esta Casa ouça por cinco minutos apenas, que é o tempo do trecho que pretendo seja ouvido, de um discurso que o Sr. Diretor Superintendente do Instituto de Previdência do Estado do Paraná pronunciou em Arapongas, na Agência do IPE, por ocasião da sua instalação. Requeiro, portanto, a V. Exa., Sr. Presidente, me seja permitido fazer com que esta Casa tome conhecimento de trecho do citado discurso.

O SR. PRESIDENTE — Defiro o pedido, diante da omissão do Regimento Interno, e sob a responsabilidade de V. Exa.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Gravação) “Senhores. Sentimo-nos honrados em termos tido o privilégio de inaugurarmos a Agência de Arapongas. Preciso se diga tendo em vista o empenho do nobre Deputado Paulo Poli, que lamentavelmente, por motivo imperioso, deixou de aqui comparecer.

Deputado Paulo Poli, Deputado por várias legislaturas e quando abraçou a carreira política como um novo cavaleiro cruzado que procura guiar-se unicamente pela fé, e pelo idealismo na preservação do trabalho e do progresso, tem na Assembleia Legislativa Estadual procurado situar o Paraná no mais alto conceito perante os demais Estados da Federação. Sabendo da dedicação política e do seu elevado espírito público, hoje, candidato a Deputado Federal, estamos certos que os nossos correligionários desta Região, nas próximas eleições estaduais saberão conduzi-lo à Câmara Federal para que Arapongas continue trilhando a estrada ampla do progresso. Como também não poderíamos deixar de fazer uma referência ao nosso nobre e distinto correligionário Mário Sado, candidato à Assembleia Legislativa Estadual.

Sadão que já teve um passado de grandes lutas e realizações concretas em favor de Arapongas, como seu ex-Prefeito, credenciais Senhores, que o recomendam perfeitamente que este nobre povo de Arapongas nas próximas eleições também sufraguem o seu nome à Deputação estadual.

Senhores, inevitável e justa, prestarmos nesta oportunidade uma homenagem ao nosso digníssimo Presidente do Diretório Municipal da Arena em Arapongas, o nosso nobre correligionário Clemente Soares. Clemente Soares, que muito embora aqui não tenha nascido, tem dado de si o melhor de seus esforços no sentido de tornar Arapongas cada vez mais digna de seus próprios filhos; Clemente Soares, filho da gloriosa Bahia, meu caro correligionário Clemente Soares, falar dos requintes e da beleza com que a natureza brindou o seu Estado natal é tarefa que nos escusamos porque os poetas já o fizeram em estrofes que mereceram os lauréis consagrados daqueles que a amam e daqueles que a conhecem e passaram a admirá-la, como nós tivemos a felicidade de conhecê-la, e hoje admiramos com o mais profundo respeito.

Receba o nobre correligionário as homenagens do nosso glorioso partido...”

Rem. Srs. Deputados, o artigo 346 da Lei Eleitoral diz o seguinte: “violar o disposto no artigo 377, detenção até 6 meses e pagamento de 30 a 60 dias de multa. Parágrafo único — incorrerão na pena, além da autoridade responsável, os servidores que prestarem serviços e os candidatos, membros ou diretores de Partido que derem causa à infração”.

O art. 377 diz claramente o seguinte: “O serviço de qualquer repartição federal, estadual, municipal, autarquia, fundação do Estado, sociedade de economia mista, entidade mantida ou subvencionada pelo poder público, ou que realize contrato com este, inclusive o respectivo prédio e suas dependências não poderá ser utilizado para beneficiar partido ou organização de caráter político.

Parágrafo único — O disposto neste artigo será tornado efetivo, a qualquer tempo, pelo órgão competente da Justiça Eleitoral conforme o âmbito nacional, regional ou municipal do órgão infrator mediante representação fundamentada de autoridade pública, representante partidário, ou de qualquer eleitor”.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas para indagar de V. Exa. se consta da Legislação Eleitoral que a “burrice” é excluída de culpabilidade. Se constasse o papel que o Diretor do IPE representou no Município de Arapongas, sem dúvida alguma, não seria passível de condenação. S. Exa. além de dar um retrato por anteci-

pação, se for mantido no cargo, de uma atitude que o Governo do Estado pretende tomar nas próximas eleições, comprometeu seriamente o Governo do Estado. Acima das providências que a Legislação determina, o Governo do Estado deve tomar sérias medidas administrativas sob pena de se achar totalmente comprometido com a atitude do seu Diretor. O caso do Diretor da Previdência do Estado é, sem dúvida, um caso que merece as mais sérias providências do Sr. Governador.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. deu a devida resposta à inicial pergunta com que V. Exa. me honrou com o aparte. Além de ilustrativa ainda, realmente, nos conduziu a uma conclusão das mais lógicas. Em verdade, o Sr. Diretor Superintendente do IPE transformou em comício pró determinados candidatos a solenidade inaugural daquele órgão previdenciário no Município que temos a honra de representar.

Fazemos isto portanto, eminente Líder do Governo nesta Casa, Deputado Ivo Thomazoni, e Srs. Deputados, em caráter de advertência posto que o Diretor poderia ser responsabilizado criminalmente por infração ao art. 346 do Código Eleitoral, juntamente com os demais interessados. Até pode se dar o caso de os inocentes, muitas vezes, candidatos de boa fé que o ímpeto bajulatório ou essa vontade inconstante de agradar para se manter na graça de determinada autoridade, incluir num processo criminal um candidato que presumivelmente estaria de acordo com o que ele estivesse dizendo. Entendemos que não poderá haver a reconstrução democrática de nosso País, sem que inicialmente nos eduquemos completamente na prática eleitoral, para sabermos aceitar como justa a decisão popular, e acima de tudo contribuir para que o povo decida, em meio à plena garantia constitucional. Usar-se contra o povo, porque o poder público como o próprio nome está dizendo, é para ser exercido somente em benefício do interesse comum, não pode ser usado como no caso de ser exercido com facciosismo político. Nós temos repetido nesta Casa que o interesse comum se coloca acima mesmo dos interesses político-partidários e temos procurado mesmo com sacrifício muitas vezes, não incorrer numa falta que possa desdizer esta nossa afirmação. Fica o Governo científico pois, de que o MDB não só fiscalizará as eleições, como também buscará na justiça competente, a punição dos infratores da Lei Eleitoral e demais dispositivos vigentes, pugnando pela realização de um pleito sem nódoas do crime e da corrupção eleitoral.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, apenas para observar a V. Exa. que a sua aspiração ainda não encontrou uma denominação para o episódio parece que se trata de um autêntico "Watergate", mas de qualquer maneira, o pronunciamento de V. Exa. traz preocupação à Casa e é evidente que o Superintendente do IPE deverá dar uma explicação capaz — possivelmente, não sei — dar enfoque a uma dimensão que o absolva, pelo menos explique o seu comportamento. Tenha certeza V. Exa. de que pelo menos da minha parte, procurarei saber da profundidade e da extensão do fato que V. Exa. traz neste momento, a esta Casa.

Era exclusivamente o que eu tinha a dizer, nobre Deputado.

O Sr. Ivo Thomazoni — Nobre Deputado Muggiati Filho, não havia necessidade que V. Exa. rodasse a fita magnética contendo o pronunciamento do Sr. Superintendente do IPE. Bastava que V. Exa. reproduzisse com as palavras de V. Exa. que sempre mereceram crédito nesta Casa e nós acreditávamos nas afirmações de V. Exa. Quero crer que V. Exa. abriu desta Tribuna um precedente que poderá se tornar perigoso nos trabalhos desta Casa Legislativa que confio sempre em V. Exa. V. Exa. sempre foi equilibrado, V. Exa. e um dos parlamentares que maior dose de bom senso sempre soube ser e é muito sério nos pronunciamentos de V. Exa.: Eu só temo que no futuro, gravações mais perigosas feitas no interior do nosso Estado, no calor das manifestações políticas sejam aqui reproduzidas e se constituam puro objeto até de discórdias entre parlamentares diferentes, de partidos políticos com assento nesta Casa. Deus queira que isto não ocorra. Temos que confiar no equilíbrio de todos os Srs. Deputados estaduais e eu quero, no aparte que me propus oferecer a V. Exa., além de agradecer a V. Exa. por me tê-lo concedido dizer que o Sr. Governador não deve ser responsabilizado por este episódio. Quero mesmo crer que S. Exa. ainda ignora a ocorrência e haverá o Sr. Governador Emílio Gomes de reiterar os apelos que tem feito aos seus auxiliares diretos, no sentido de que a população neste Estado seja tratada com atitudes, com muita dignidade, mas em igualdade de condições, por todos os seus auxiliares. V. Exa. foi um tanto agressivo quando afirmou que a atitude do Sr. Superintendente do IPE em ter feito a apologia de dois candidatos do nosso Partido, um a Deputado Federal, outro a Deputado Estadual, que seria uma atitude contra o povo, se alusão de ambos significasse um ato contrário à vontade popular.

O SR. MUGGIATI FILHO — Quando falei no uso do poder contra o povo não fiz referências específicas ao episódio. Eu citei que via de regra o uso da autoridade numa campanha eleitoral fere o outro lado do povo que não pertence aquele Partido. Por isso que a lei pune até com pena de detenção este delito.

O Sr. Ivo Thomazoni — Eu me penitencio, se eu entendi como contra o povo a fala do Sr. Superintendente.

O SR. MUGGIATI FILHO — É claro que não deixou de ser porque ela tem caráter político partidário, data vênio o entendimento de V. Exa.

O Sr. Ivo Thomazoni — Sr. Deputado, além de eu dizer que V. Exa. nos alertou a todos da obrigação que temos em cumprir a legislação eleitoral porque não é só na Arena que se usam locais destinados a abrigar uma repartição pública para se fazer campanha em favor de determinado candidato no interior do nosso Estado nas regiões administrativas municipais, que não é privilégio da Arena e eu estou acostumado a verificar em casas escolares ostentam cartazes conclamando o povo a votar em determinado candidato e isto se revê de Município a Município, não importando o Partido que detenha a redeia do poder municipal. Jamais culpei alguém por ter procedido assim. Talvez a falta de amadurecimento para a vida pública é que tem permitido que isto ocorra em algumas comunidades do nosso Estado. V. Exa. alertou em tempo o Governo do Estado e eu me permitirei de cumprir com a minha obrigação, de levar ao Sr. Governador do Estado, a preocupação do Partido de V. Exa. Mas, de antemão, devo informar que o Sr. Governador do Estado tem se preocupado constantemente com todos aqueles que merecem do Poder Público o mesmo tratamento.

Vamos perdoar, nobre Deputado, eu quero perdoar a atitude do Superintendente do IPE, e creio até que ele tenha feito este pronunciamento no decurso do ato inaugural da repartição, nas escadarias talvez, ou quem sabe até num almoço ou num jantar comemorativo à inauguração. E para que não sejamos assim tão comprometidos com a fala de S. Exa., quero cumprimentar a V. Exa. e dizer, se a preocupação é ou não é válida, ela será levada ao Governador do Estado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Nobre e eminente Deputado Ivo Thomazoni,

V. Exa., em todos os episódios desta Casa, mesmo nos mais difíceis, quando o pensamento do Governo colide com o pensamento da Bancada da Oposição, manteve como sempre se mantém agora numa posição, de perfeito equilíbrio e de apurado discernimento. Por isso, nós recebemos o aparte de V. Exa. sem surpresa. E se não conhecessemos a V. Exa., isto, além de podermos dizer que conhecemos toda a Bancada do Partido majoritário, não trazíamos o assunto a esta Casa. E se o trouxemos é porque entendemos fértil o momento para que nós cultivemos esta premissa pelo menos a premissa de disputarmos as eleições dentro de um ambiente de tranquilidade e de segurança.

Quanto ao perigo portanto, de que a Casa haja aberto hoje, um precedente, quero dizer a V. Exa. que nós entendemos ser a Assembleia Legislativa um órgão do Poder Público e que portanto, não deve ter os olhos e os ouvidos fechados para a verdade por mais dura que ela possa ser. Por outro lado, o nosso Regimento Interno, ainda em vigor, embora estejamos praticamente com um novo modelo de Regimento concluído, não previu esta possibilidade, mas deixou claro que a atribuição do Presidente, pelo dispositivo citado é a de deferir, para conhecimento do Plenário, a leitura de qualquer matéria. Assim como deferiu S. Exa. poderia indeferir. Eu devo adiantar a V. Exa. que antes de pedir a S. Exa. o Sr. Presidente para que a Casa ouvisse, levei ao conhecimento de S. Exa. a transcrição que tenho em meu poder, o trecho aqui ouvido e coloco à disposição de V. Exa., no seu todo, a gravação da solenidade através da qual V. Exa. constatará que o discurso foi feito dentro da sede do edifício, após o ato inaugural.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Deputado Muggiati Filho, por favor me entenda. Nem de leve censurei V. Exa. pelo fato de ter rodado a gravação, mesmo porque ouvimos uma belíssima oração política, até com tonalidade agradável de ser ouvida. Fiz menção à possibilidade de que no futuro, gravações comprometedoras pudessem vir a ser rodadas desta Tribuna, comprometendo o bom entendimento e a harmonia entre os Deputados. Isto talvez não venha a ocorrer dentro do equilíbrio que todos os Deputados tem e mesmo a amizade que todos devotam uns aos outros, seja de que Partido forem. Em nenhum instante censurei V. Exa., porque sei do equilíbrio e do bom senso que é detentor.

O SR. MUGGIATI FILHO — Apenas fiz o registro para que não ficasse qualquer dúvida principalmente em se tratando de uma matéria até certo ponto delicada.

Quero deixar registrado — parece que me omiti neste ponto — de que apenas encaminhei a cópia, a transcrição do trecho, mas não esperei que o Presidente a autorizasse. Fiz requerimento em Plenário. Apenas levei ao conhecimento prévio de S. Exa. para não apanhar S. Exa. de surpresa. É um assunto que gostaria de esclarecer. Não houve pré-deferimento. O deferimento de S. Exa. foi de acordo com suas convicções.

O Sr. Sebastião Rodrigues Jr. — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Quero consignar minha discordância ao Deputado Ivo Thomazoni, no que diz respeito ao precedente aberto. Acho que precedente mais perigoso está abrindo o Superintendente do IPE, precedente de infração legal. Por outro lado, a possibilidade levantada pelo Deputado Ivo Thomazoni de se trazer no futuro fala de Srs. Deputados, candidatos, pronunciamentos feitos no interior do Estado, acho que é até saneadora a possibilidade de serem trazidos aqui para conhecimento da Casa. Talvez isto sirva de limitação ao que os candidatos a Deputados os responsáveis pela administração possam dizer no interior.

Não devem pronunciar aquilo que fazem no interior acobertados pela certeza de que o povo dos grandes centros, de que esta Casa não tomará conhecimento. Gostaria de lembrar ao Deputado Ivo Thomazoni que a atitude de V. Exa., nobre Deputado Muggiati Filho, é altamente salutar para a democracia. Tanto é verdade que na maior democracia do mundo, a democracia americana, não a fala irresponsável de um simples Diretor que demonstra sua incompetência para dirigir uma autarquia, que está sendo ouvida pelo Legislativo e que está sendo publicada pela imprensa, são as gravações secretas de um Presidente, do Presidente dos Estados Unidos da América do Norte, suas gravações foram requeridas pelo Poder Legislativo, S. Exa. negou-se a apresentá-las, recorreu-se à Justiça e essas gravações foram apresentadas. Hoje, elas se encontram transcritas na imprensa, editadas mesmo em livro para conhecimento de todo o mundo.

A atitude de V. Exa. é de crítica a um Diretor irresponsável; é uma contribuição ao processo de saneamento da política de nosso Estado. É uma atitude altamente democrática. Muito obrigado.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sou grato a V. Exa., por mais este aparte. E como, realmente, sob o ângulo que nos colocamos no início deste pronunciamento, tivemos oportunidade também de deixar esclarecido que os veículos de comunicação, atualmente existentes, representam esse freio a que V. Exa. faz referência.

Acho, finalmente, em resposta ao aparte ainda do nobre Líder do Governo de que o Movimento Democrático Brasileiro, nesta Casa, constituindo a sua Bancada minoritária muito tem feito em favor do interesse comum, o que tem sido reconhecido pelo próprio Governo do Estado através de seus legítimos representantes, nesta Casa. O próprio Presidente da República conclamou o Partido da Oposição a prestar a sua irrestrita cooperação na fiscalização do andamento da máquina administrativa da União, e, consequentemente, dos Estados e dos Municípios. Tem o MDB, sem que fique limitado ao número de sua Bancada legítima, portanto, autoridade para pleitear que o Governo volte suas vistas para os fatos expostos. Sentimo-nos satisfeitos, plenamente convencidos, de que o ilustre Líder do Governo, Deputado Ivo Thomazoni, bem como o ilustre Líder da ARENA, Deputado Luiz Roberto Soares se acham imbuídos de um espírito altamente compreensivo e capaz de contribuir para que as eleições, em nosso Estado, tenham uma marcha normal.

Quero registrar, por último, que a decisão da Presidência desta Casa, consistente com os princípios iminentemente democráticos que norteiam o Poder Legislativo, sirvam de estímulo a todos aqueles que se acham imbuídos dos verdadeiros ideais democráticos, de prosseguirem na luta pela reconstituição de verdadeiros ideais democráticos, de prosseguirem na luta pela reconstituição. Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 36 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 205-72, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Amigos de Cruzeiro do Oeste, com sede e foro na cidade de Cruzeiro do Oeste. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 73-73, de autoria do Dep. Odilon Reinhardt, que denomina "Ginásio Estadual Marília Faria Pirotelli", o atual Ginásio Estadual da cidade de Cascavel. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 151-73, de autoria do Dep. João Fadel, que autoriza o Poder Executivo transferir para o Sistema Estadual de Ensino o Ginásio Municipal "Rui Barbosa" da cidade de Arapoti. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

O SR. EMÍLIO CARAZZAI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicita seja procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Deferido o pedido. O Sr. 1.º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

Responderam à chamada 23 Srs. Deputados. Não existe número para votação.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — (Pela ordem) Sr. Presidente, pelo que consta, após a chamada nominal requerida pelo Sr. Deputado Emílio Carazzai, adentraram neste Plenário outros Srs. Deputados, motivo porque solicito, Sr. Presidente seja feita nova chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal solicitada pelo Sr. Deputado Fabiano Braga Cortes).

O SR. PRESIDENTE — Responderam à chamada nominal 24 Srs. Deputados.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 151-73. — Em votação. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 172-73 de autoria do Dep. Fuad Nacli que autoriza o Poder Executivo doar à Fundação Educacional do Paraná, FUNDEPAR, o imóvel com características que especifica, situado no Distrito de Bragança, Município de Corbélia. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C., com SUBSTITUTIVO. — **Aprovado, pelo Substitutivo.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 227-73, de autoria do Dep. Álvaro Dias, que dá nova redação ao artigo 53 e seus parágrafos, da Lei Complementar n.º 2, de 22-6-73. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 219-73, de autoria do Dep. João Mansur, que cria os Distritos de Ramilândia e Diamante D'Oeste, no Município de Matelândia. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 236-73, de autoria do Dep. Basílio Zanusso que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Alto Paraná, a data de terreno n.º 9, da quadra 369 com área que especifica situado no referido Município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 238-73, de autoria dos Deputados Jorge Sato e Paulo Poli, que transfere para a responsabilidade do D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a sede do Município de Itambé à rodovia PR-13 (Campo Mourão - Maringá). Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. EMÍLIO CARAZZAI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum, quer me parecer que se ausentaram alguns Srs. Deputados.

O SR. FABIANO BRAGA CORTES — (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicitará que, antes da chamada nominal, requerida pelo Sr. Deputado Emílio Carazzai e Fabiano Braga Cortes. O Sr. 1.º Secretário procederá à chamada

O SR. PRESIDENTE — Deferida a solicitação dos Srs. Deputados Emílio Carazzai e Fabiano Braga Cortes. O Sr. 1.º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados. (Faz soar os tímpanos).

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE — Responderam à chamada 25 Srs. Deputados. Há número legal para prosseguimento da Sessão e conseqüente votação da matéria constante da Ordem do Dia.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 238-73. Em votação. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 239-73, de autoria do Dep. Basílio Zanusso, que declara de Utilidade Pública o "Educandário Nossa Senhora do Carmo", com sede e foro na cidade de Paranavai. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 36-74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 20-74, que visa alterar, a partir de 1.º de março do corrente ano, a redação do artigo 3.º da Lei n.º 6.156, de 02-10-70, que dispõe sobre a quota de produtividade. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. com EMENDAS — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Em discussão.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Líder do Governo, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A matéria, objeto de deliberação deste Plenário, tem se constituído nesta Casa numa tramitação também morosa, face os diferentes interesses de categorias funcionais dos Três Poderes. E no instante em que a Presidência coloca à consideração do Plenário, o Projeto de Lei n.º 36-74, conseqüência da Mensagem Governamental 20-74, ao solicitar dos eminentes pares a aprova-

ção da Mensagem Governamental, procura dar melhores vencimentos às diferentes categorias funcionais do Poder Executivo, atendendo também uma justa reivindicação dos membros do Ministério Público, eu deixo fazer uma observação, sem querer entrar no mérito da justiça, da validade, das Emendas subscritas pelo eminente e respeitável Sr. Deputado, decano deste Poder Dr. Emílio Carazzai, através dos quais S. Exa. com o apoio dos ilustres Pares, pretende que as vantagens a que se refere o Artigo 1.º desta Lei, seja extensivo aos inativos de todas as categorias funcionais ali discriminadas, quer tenham sido aposentados, postos em disponibilidade ou reformados, incorporando-se os proventos de inatividade. A Emenda de S. Exa. acompanhada de ampla justificativa, a segunda Emenda também apenas o Projeto de Lei, fora objeto de deliberação, pretende modificar a redação do § 3.º do Artigo 3.º da Lei 6.156 de dois de outubro de 70, e conforme a redação proposta, pretende que a Gratificação de Produtividade, prevista nesta lei, aplicável também na mesma forma, aos ocupantes dos cargos de provimento efetivo, portadores do diploma do quadro de pessoal dos Poderes, Judiciário e do Tribunal de Contas, seja devido em relação ao pleno exercício funcional, na lotação do funcionário, sendo inacumulável com uma gratificação de tempo integral, admitida a opção quando houver o caso. Esta Emenda está devidamente justificada.

Quando da discussão deste Plano de Lei em Sessão desta Casa, realizada em dia da semana passada, a Presidência com justa razão e quero crer, amparado pelo Regimento Interno, deixou de encaminhar à consideração da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhando à judiciosa apreciação da Comissão de Finanças deste Poder.

Entendia naquela oportunidade, como entendo agora, que as Emendas fariam frontalmente dispositivo constitucional, artigo 57 da nossa Carta Federal e artigo 23 da nossa Constituição Estadual que dispõem ser da competência exclusiva do Governador do Estado Lei que disponha sobre matéria financeira, criação de cargos e funções, ou Lei que aumente vencimentos, despesa pública, além de outras inseridas nos parágrafos seguintes do artigo 25 de nossa Constituição.

Entendia que encaminhadas as referidas Emendas à Comissão de Constituição e Justiça, haveriam de receber naquela Comissão Técnica parecer contrário à sua aprovação porquanto contrariam frontalmente dispositivo constitucional.

Haveria de, na oportunidade, como relator da matéria naquela Comissão, de defender a inconstitucionalidade e as Emendas viriam ao Plenário com parecer contrário.

Entendo por outro lado que esta Casa, Poder político eminentemente defensor dos interesses do funcionalismo do Estado do Paraná, Poder que tem gestinado junto ao Chefe do Executivo no sentido de que maiores benefícios sejam sempre deferidos à laboriosa classe funcional, entendo que alguns senhores Deputados mais sensíveis, não mais humanos porque todos nós sentimos a necessidade urgente de maiores benefícios ao nosso funcionalismo público, sensíveis aos reclamos das diferentes categorias funcionais do Poder Legislativo, do Judiciário e do Tribunal de Contas, pretendem estender estes benefícios indiscriminadamente a todos os funcionários portadores de diploma de curso superior.

Devo, por outro lado, afirmar também que o Sr. Governador do Estado jamais esteve insensível aos apelos desta Casa traduzidos nos apelos formulados pelo Sr. Presidente deste Poder, pelas lideranças do Governo e da ARENA, pelo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e por outros Deputados Estaduais. Tanto isso é verdade que o projeto inicial visava beneficiar tão somente funcionários portadores de títulos de curso superior do Poder Executivo e com as gestões deste Poder, o benefício foi estendido a todos os membros da Magistratura, aos juizes de Direito que mal remunerados, no Interior do Estado, não dispoem, sequer de residência, tendo que pagar alugueis altíssimos; aos Promotores de Justiça, aqueles que estão impedidos de advogar, para que tivessem condições de percepção de melhores salários. O Senhor Governador do Estado se comprometeu, com os Presidentes do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas, de que haveria de estender a "Gratificação de Produtividade" também aos funcionários das mesmas categorias desses poderes. Aguarda o Sr. Governador do Estado tão somente que cheguem às suas mãos as exposições de motivo dos Presidentes desses Poderes para, imediatamente, redigir uma nova Mensagem Governamental, que haveria de ter tramitação paralela, ou mesmo independente desta Mensagem, e que visará estender esses benefícios também às mesmas categorias funcionais desses Poderes.

Não vejo, portanto, razão para que estejamos, hoje, retendo a tramitação deste benefício, porquanto os aqui beneficiados estão a erigir, deste Poder, um pronunciamento favorável. Já conseguimos com o Sr. Governador do Estado alguma vitória por etapa aprovemos, hoje, este plano de Lei, e a Presidência da Assembléia Legislativa, do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas enviarão suas exposições de motivos que suscitarão a remessa de novas Mensagens do Governo. E, numa outra etapa, vamos lutar para que os inativos, os funcionários do quadro suplementar dos outros Poderes que, sabemos, não serão beneficiados com as Mensagens que virão para análise dos Srs. Deputados. Pretendemos estender esse benefício aos Juizes de Direito, aos Promotores da Justiça e também aos engenheiros químicos, mecânicos, advogados do Estado — esses sacrificados funcionários, mal remunerados — aos médicos, aos cirurgiões dentistas, contadores, economistas, engenheiros agrônomos, veterinários, bibliotecários, assistentes sociais, técnicos de administração, estatísticos, enfermeiros e outras categorias, para que todos esses funcionários não sejam prejudicados com o retardamento do deferimento deste benefício.

Apele à Casa, portanto, no sentido de que aproveemos este plano de Lei, e empenho minha palavra de honra que os funcionários do Poder Executivo e aqueles similares do Legislativo, do Tribunal de Contas e do Quadro Próprio de Carreira, também serão beneficiados através de Mensagens do Sr. Governador do Estado. E, depois, numa outra etapa, vamos tratar de estender esse benefício aos inativos, mas façamos de modo a não reter o benefício pretendido. Não permitamos também que se diga por aí, à boca pequena, que nós estamos com má vontade para com essa categoria funcional. Esta é a caixa de ressonância de todas as justas reivindicações da coletividade paranaense. Façamos com que a imagem do Poder político, que sempre quer dar mais do que o Executivo pode, continue no espírito de todos como aquele Poder que mesmo quando as questões são fechadas, as janelas ficam abertas para novos atendimentos. E o Governo do Estado, altamente democrático, humano e compreensivo, haverá de atender nossa solicitação.

Peço, portanto, desculpas ao meu eminente amigo e dileto companheiro de bancada Deputado Emílio Carazzai, que compreende a missão da Liderança do Governo do Estado. Se pudesse votar com o meu coração, haveria de votar com S. Exa.. Mas temos também que entender que ao Estado não é devido o direito de gastar mais do que pode ou deve. As nossas finanças deverão sempre estar em condições de dar a justa retribuição ao trabalho dedicado, honesto e até sacrificado de nossa gente.

O SR. PRESIDENTE — V.Exa. tem um minuto para terminar sua exposição.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, concluindo, reitero o apelo que fiz, com as desculpas que dirijo ao decano desta Casa, meu eminente e dileto amigo, Deputado Emílio Carazzai.

O Sr. Emílio Carazzai — Obrigado a V.Exa., sei que V.Exa. está cumprindo com seu dever. — (Sem revisão do orador).

O SR. GILBERTO DE CARVALHO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, não podia deixar, depois do pronunciamento do eminente Líder do Governo, e como relator das Emendas, de vir à Tribuna. Dei parecer favorável às Emendas apresentadas pelo eminente Deputado Emílio Carazzai, mas, depois, por uma questão de justiça, nós vimos a necessidade também do atendimento aos inativos. Mas, dado o pronunciamento aqui feito pelo ilustre Líder do Governo, de que será feito por etapas, e como é intenção de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, de dar atendimento também aos que seriam beneficiados por essas Emendas, e para não retardar o andamento dessa Mensagem, a fim de beneficiar a esses que esperam pela aprovação urgente dessa Mensagem, votaremos favoravelmente à Mensagem do Governo do Estado e contra as Emendas apresentadas. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Muggiati Filho

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Emenda do eminente Deputado Emílio Carazzai, diz o seguinte:

"O parágrafo 3.º, do art. 3.º, da Lei n.º 6.156, de 02 de outubro de 1970, passa a ter a seguinte redação:

"§ 3.º — A gratificação de produtividade prevista nesta Lei, aplicável também na mesma forma aos ocupantes de cargos de provimento efetivo, portadores de diploma de curso superior do Quadro de Pessoal dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Tribunal de Contas, é devida em razão do pleno exercício profissional na lotação do funcionário, sendo inacumulável com a gratificação de tempo integral, admitida a opção, quando for o caso".

A Emenda n.º 1, de autoria de vários Srs. Deputados, encabeçada pelo Deputado Emílio Carazzai, diz o seguinte:

"Acrescente-se antes do último dispositivo, o seguinte:

"Art. — A vantagem a que se refere o artigo desta Lei é extensiva aos inativos de todas as categorias funcionais ali discriminadas, quer tenham sido aposentados, postos em disponibilidade ou reformados, incorporando-se aos proventos de inatividade".

Se nos fosse permitido o aparte, me parece não o ser, no encaminhamento da votação teríamos resolvido uma dúvida que nos assaltou através deste expediente.

O ilustre Líder do Governo alegou a inconstitucionalidade das Emendas apresentadas pelo nobre Deputado Emílio Carazzai, fixando-se no parágrafo 2.º, do art. 25, que diz o seguinte:

"Não serão admitidas Emendas que aumentem a despesa prevista:
a) — nos projetos oriundos da competência exclusiva do Governador;
b) — naqueles relativos à organização dos serviços administrativos da Assembleia Legislativa e dos Tribunais estaduais".

Bem, segundo o projeto, não sei se entendi mal o eminente Líder, parece-me que o referido projeto não prevê despesa alguma e me penitencia se houver uma previsão de despesa no projeto.

O Projeto diz no art. 1.º:

"O art. 3.º, da Lei n.º 6.156, de 2 de outubro de 1970, passa, a partir de 1.º de março de 1974, a vigorar com a seguinte redação: "Fica instituída uma gratificação etc. etc. e etc

... o valor mensal de 1.500,00 aos Procuradores do PGE).

E vem por aí. Mais:

Estabelecendo o valor da gratificação aos Procuradores, aos Membros do Magistério e Ministérios:

Parágrafo 1.º — estabelece para a classe de médicos, cirurgiões-dentistas, enfermeiros;

O parágrafo 2.º é questão de cumulação de cargos;

O parágrafo 3.º diz que a gratificação de produtividade é devida em razão do pleno exercício profissional na lotação do funcionário e é inacumulável com a gratificação de tempo integral;

O parágrafo 4.º — A gratificação de que trata este artigo fará parte integrante dos proventos de inatividade nos casos de futuras aposentadorias por tempo de serviço.

Acredito que a Casa esteja estudando a matéria e acho que a matéria realmente é digna de estudo.

Fui distinguido com uma informação do eminente Líder do Governo, de que o crédito suplementar foi aberto na Lei que aumentou os vencimentos do funcionalismo, ao qual este Projeto estava apenso.

Muito bem, mas o Projeto não se acha apenso no momento em que se procede a elaboração legislativa.

Bem. Nós, com toda a boa vontade que poderia se ter nesta contingência, realmente conhecemos que a Mensagem faz alusão, dizendo: Aditar à Mensagem 14-74.

Bem. Mas sob este aspecto nós também tivemos oportunidade de nos pronunciarmos desta Tribuna, dizendo que aquela Mensagem deveria ter sido aditada, e não se constituir num processo autônomo como se constituiu a presente Mensagem. Nós estamos interessados no assunto, porque se trata de uma matéria que pode ir quase que certamente ir, para soluções judiciais, de diversas pessoas que se entendem prejudicadas; porque a própria Constituição, para citar apenas um exemplo, no seu Artigo 74, parágrafo 1.º, diz:

"Os proventos de inatividade serão revistos sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda se modificarem os vencimentos dos funcionários em atividade, na mesma proporção desta..." (continua lendo o parágrafo até) percebidos na atividade.

Inconstitucional seria dar mais ao inativo do que aquele que estivesse, esteja em atividade. Isto seria inconstitucional mas em que pese a admiração que temos pelo eminente Líder do Governo, pelas suas judiciosas considerações, que sempre profere desta Tribuna, queremos, entretanto, ressaltar que não aceitamos como inconstitucional as Emendas dos nobres Deputados Emílio Carazzai e demais signatários justamente por isso. Porque textualmente, a Constituição só não admite Emendas que aumentem a despesa prevista como não existe essa previsão de despesa no presente processo legislativo, não se pode impugnar de inconstitucionalidade as referidas Emendas. Pelo princípio de economia consagrado na Constituição da República não vejo também qualquer inconstitucionalidade na Emenda que atribui os proventos de inatividade para os atuais inativos. Entendo que desigualdade é dar o provento aos futuros inativos e deixar os atuais sem esse provento, porque estabelecer-se a desigualdade e ferir o princípio de economia da Constituição da República se

os futuros inativos serão iguais aos atuais inativos? Qual o princípio adotado pelo Governo para assim agir? Nestas condições entendemos que as Emendas são constitucionais e que muito embora se possa entender que este processo tenha conexão com outro processo, esta conexão foi destruída e arquivada pela própria Assembleia Legislativa ao aprovar o outro Projeto e não existe previsão de despesa. Não existindo, consequentemente não há inconstitucionalidade das Emendas.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, muito embora as vedações do art. 78, inciso 6.º que não me permite apartar S. Exa. o Deputado Muggiati Filho, mas estribado pelo Artigo 173, do Regimento Interno, porquanto fui o Relator da matéria na Comissão Técnica da Casa, amparada por este dispositivo regimental, solicitaria que V. Exa. nos deferisse pela segunda vez a palavra, no sentido de que se, de dar um esclarecimento à Casa, diante das objeções formuladas pelo nobre Deputado Muggiati Filho.

O SR. PRESIDENTE — Preliminarmente, solicitaria do nobre Deputado a devolução do Regimento Interno à Mesa.

O SR. IVO THOMAZONI — (Lê Artigo 73)

"Para encaminhar a votação, cada Deputado, salvo para o relator, só poderá falar uma vez".

O SR. PRESIDENTE — Atendendo ao Requerimento do nobre Líder que foi o relator da matéria, na forma do Artigo 173 do Regimento, eu defiro o pedido para novamente voltar à Tribuna para o encaminhamento de votação.

O SR. IVO THOMAZONI — Inicialmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados me perdoe o mestre Muggiati Filho a pretensão de discutir matéria constitucional, de V. Exa. Mas a prática e o dia a dia, na discussão de matéria como esta, eu me permito discordar de S. Exa.

Quando repassei por escrito um lembrete ao nobre Deputado que estava na Tribuna, eu fiz cumprindo vedação regimental de poder fazê-lo oralmente. Lembrei S. Exa. de que esta matéria inicialmente foi encaminhada a esta Casa pelo Poder Executivo, como parte integrante da Mensagem 14-74, aquela que propunha aumento de vencimentos ao funcionalismo público dos três Poderes. E naquela Mensagem, o Sr. Governador do Estado, no Artigo 4.º, abriu um crédito suplementar de 200 milhões de cruzeiros, para fazer face às despesas decorrentes com a aprovação desta Lei, ou melhor, para votar este plano de Lei. Não é justo portanto, afirmar-se que não temos disponibilidade orçamentária para fazer face às despesas desta Lei. O Governo do Estado, dispõe de instrumentos que é a Lei de Meios, até o montante do orçamento referido, acrescido do valor do crédito suplementar aprovado por esta Casa, por ocasião da votação da matéria. Se foi espingido da Mensagem 14-74 o Artigo 3.º da Lei 6.156 que veio encaminhado através da Mensagem 20-74 foi válida a aprovação nesta Casa, da matéria, com uma abertura do crédito solicitado, e que veio reforçar a conta do pessoal das diferentes consignações orçamentárias.

Não entendo também, o nobre Professor Muggiati Filho quando afirmou que este documento não aumenta despesas, que as Emendas não aumentam despesas do erário público ou não tratam de matéria relacionada com funcionalismo público. Não pode haver nenhuma dúvida de interpretação do texto constitucional, porquanto a simples leitura do mesmo indica a inconstitucionalidade das Emendas.

Porque aprendi e é princípio de direito constitucional que quem não tem poder de iniciativa não tem poder de Emenda. E esta é tão somente esta a razão que me levou, desta Tribuna, a cumprir o antipático papel de advogado do Diabo e dizer aos nobres Pares que esta matéria é inconstitucional. Se aprovada, mereceria fatalmente o veto governamental. Se rejeitado o veto nesta Casa, o Poder Judiciário haverá de dar acolhida à representação do Poder Executivo e fatalmente estaremos nos expondo porquanto votando matéria inconstitucional e ensejando, quem sabe, até o rompimento das boas relações existentes, que devem ser mantidas entre os Poderes constitucionalmente constituídos.

Nós formulamos as leis e temos que dar nesta Casa o exemplo do cumprimento das leis aqui feitas com muito rigor, sempre no sentido de acautelar os princípios de igualdade dos Poderes constituídos.

Perdoe-me o ilustre Deputado Muggiati Filho, esta lei abre despesas até o montante, dentro do exercício, no valor multiplicado pelo número de servidores beneficiados com a gratificação de produtividade.

Era o que me cabia dizer. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Projeto, ressalvadas as emendas. — Aprovado. — Em votação a Emenda n.º 1. — Rejeitada.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro a verificação de votação.

Os que aprovam a Emenda, queiram levantar.

3 aprovam.

15 rejeitam.

O SR. PRESIDENTE — Não há quorum para votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem). Sr. Presidente, sei que estamos sendo incorretos com V. Exa. que tem um compromisso sério a cumprir, mas pediria a chamada dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. está equivocado, o nosso compromisso é com esta Casa. Defiro o Requerimento de V. Exa. e solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada dos Srs. Deputados. (É feita a chamada)

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada 21 Srs. Deputados. Não há quorum para votação das Emendas do Projeto de Lei 36-74, sendo que o referido Projeto já foi aprovado.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela Ordem) Sr. Presidente, tão somente para solicitar a V. Exa. que determine ao Sr. 1.º Secretário que publique a última lista de comparecimento dos Srs. Deputados como válida para a presença desta Sessão.

O SR. PRESIDENTE — Deferido o Requerimento do nobre Líder do Governo.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 246-73, de autoria do Dep. David Federmann, que determina a não realização de novos concursos na área do Magistério e o aproveitamento dos já concursados na mesma área. Pareceres favorável da C.C.J. e contrário da C.I.P. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 246-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O Estado do Paraná não realizará novos concursos, na área do magistério, até que sejam nomeados todos os que já o fizeram e que, por motivos vários, não foram ainda aproveitados, embora já tenha excedido o prazo previsto pelos respectivos regulamentos.

Art. 2.º — O Poder Executivo providenciará, através de seus órgãos competentes, ampla divulgação do teor deste Diploma Legal, para conhecimento da classe envolvida na seara da educação.

Parágrafo único — Decorrido o prazo de 120 dias, a partir da publicação da presente Lei, nenhum direito mais assistirá ao interessado, quanto ao aproveitamento do concurso efetuado anteriormente.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

J U S T I F I C A T I V A

São inúmeras as pessoas que prestaram concurso, na área do magistério, assim no antigo grau primário, como no secundário, cujos elementos, por motivos vários, não foram admitidos nos quadros da Secretaria da Educação e Cultura, embora decorrido o prazo de dois anos previstos nos respectivos regulamentos.

Nessas condições, não se justificaria a realização de novos concursos, até que fossem integralmente incluídos no magistério estadual aqueles que já cumpriram a exigência legal e, em decorrência de restrição orçamentária, não puderam atingir, até hoje, os seus objetivos.

É de nosso entender que, com a proposição ora sugerida, a matéria viria a ser satisfatoriamente solucionada.

Sala das Sessões, em ... de outubro de 1973.

(a) David Federmann

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 246-73

Autor: Deputado DAVID FEDERMANN

PARECER

De autoria do nobre Deputado DAVID FEDERMANN, o presente Projeto de Lei visa não realizar novos concursos, na área do Magistério, até que sejam nomeados todos os que já o fizeram e que, por motivos vários, não foram ainda aproveitados, embora já tenha excedido o prazo previsto pelos respectivos regulamentos.

A medida enfocada é das mais oportunas, pois, segundo o autor da Proposição em sua justificativa, são inúmeras as pessoas que já prestaram concurso e que por razões várias, não foram admitidas no Quadro do Magistério da Secretaria da Educação e Cultura, muito embora o prazo previsto nos respectivos regulamentos, já tenha decorrido.

Entendemos que nessas condições, não se justificaria a realização de novos concursos, até o momento que fossem aproveitados integralmente os concursados que já cumpriram a exigência legal para admissão no Quadro de Magistério da referida Secretaria.

Assim sendo, opino pelo ACOLHIMENTO da Proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 7.11.73.

(Assinatura Ilegível)

PRESIDENTE

Ovídio Franzoni

RELATOR

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER

AO

PROJETO DE LEI N.º 246-73

Autor: — Deputado David Federmann

Tendo-se em vista que o Estatuto do Magistério está nas mãos do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e que brevemente será enviado a esta Casa para apreciação, somos de parecer contrário à aprovação do mesmo.

Pela rejeição.

Sala das Comissões, em

(Assinatura Ilegível)

PRESIDENTE

Álvaro Dias

RELATOR

(Assinatura Ilegível)

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 255-73, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública o GRÊMIO ESTUDANTIL TÉCNICO COMERCIAL — GETEC — de Rio Negro. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Encerrada a discussão.

PROJETO DE LEI N.º 255-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a Declarar de Utilidade Pública o GRÊMIO ESTUDANTIL TÉCNICO COMERCIAL — GETEC — de Rio Negro, com sede em Rio Negro.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 1973.

Maurício Fruct

J U S T I F I C A T I V A

O Grêmio Estudantil Técnico Comercial — GETEC — de Rio Negro, fundado em 9 de maio de 1962, encontra-se devidamente registrado sob n.º 40, fls. 20 verso, do Livro n.º 1, do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas de Rio Negro.

Tem por finalidades entre outras: incentivar e defender o estudante do ensino comercial; promover o desenvolvimento da cultura; auxiliar a formação física, moral e intelectual dos estudantes.

Sendo uma entidade sem fins lucrativos, e que visa exclusivamente o bem estar de seus associados, nada mais justo de que este Poder Legislativo através do presente plano de lei conceda o Título de Utilidade Pública, dando assim maiores condições ao Grêmio Estudantil Técnico Comercial de Rio Negro para prosseguir seu brilhante trabalho com o objetivo de cumprir seus propósitos estatutários.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 255-73

1 — O nobre Deputado Maurício Fruct, com o presente projeto de lei, visa declarar de utilidade pública o Grêmio Estudantil Técnico Comercial — GETEC — com sede e foro na cidade de Rio Negro.

2 — Referida entidade preenche os requisitos exigidos pela legislação pertinente à matéria, razão pela qual não vemos qualquer impedimento tanto de ordem legal ou constitucional.

3 — Pelo exposto, somos favorável à sua APROVAÇÃO.

É o parecer

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1973.

(Assinatura Ilegível)

PRESIDENTE

Erondy Silvério

RELATOR

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO

PROJETO DE LEI N.º 255-73

1 — Visa o presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Maurício Fruct, declarar de utilidade pública o Grêmio Estudantil Técnico Comercial — GETEC — com sede e foro na cidade de Rio Negro.

2 — Esta matéria, devidamente estudada, já mereceu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

3 — Pelas razões apresentadas na justificação do Projeto, pelo seu nobre autor, não vemos qualquer impedimento quanto ao aspecto financeiro, razão pela qual nosso parecer é pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 1.º de abril de 1974.

(Assinatura Ilegível)

PRESIDENTE

Álvaro Dias

RELATOR

(Assinatura Ilegível)

(Assinatura Ilegível)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa. Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Júlio Alves de Araújo. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que se digne providenciar a elaboração e envio de ante-projeto cujo objetivo, sendo o de corrigir injustiça, referente ao Estatuto e Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando a designação de um representante desta Casa, para participar da posse do Sr. Oscar Alves, na Reitoria da Universidade Estadual de Londrina. — Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da Copel, no sentido de que a linha de energia elétrica seja estendida do Município de Mandrituba ao Distrito de Areia Branca dos Assis.

O SR. IVO THOMAZONI — Peço a palavra, Sr. Presidente para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Álvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado pedido de informações ao Sr. Governador do Estado, referente ao ensino.

O SR. IVO THOMAZONI — Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando votos de regozijo e congratulações pela nomeação do Sr. Francisco Pereira Goulart, para a Chefia de Gabinete, da Secretaria do Trabalho e Assistência Social.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Ivo Thomazoni e Luiz Roberto Soares, lido da Tribuna, solicitando a extinção da Comissão de Inquérito, e ainda não constituída, com a finalidade de investigar as causas da paralização dos serviços de terraplenagem do trecho da estrada Faxinal. Perto Ubá, no Rio Ivaí.

O SR. IVO THOMAZONI — Pego a palavra para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, sexta-feira, dia 7, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada em Sessão anterior.

Levanta-se a Sessão.